

EDITORA



UnB

Institucionalização da educação superior a distância nas universidades federais da região Centro-Oeste

Temáticas em questão

Catarina de Almeida Santos
Daniela da Costa Britto Pereira Lima
Danielle Xabregas Pamplona Nogueira
(organizadoras)



Pesquisa,
Inovação
& Ousadia



Universidade de Brasília

Reitora
Vice-Reitor

Márcia Abrahão Moura
Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora

Germana Henriques Pereira

Conselho editorial

Germana Henriques Pereira (Presidente)
Fernando César Lima Leite
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Carlos José Souza de Alvarenga
Estevão Chaves de Rezende Martins
Flávia Millena Biroli Tokarski
Jorge Madeira Nogueira
Maria Lidia Bueno Fernandes
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Sely Maria de Souza Costa
Verônica Moreira Amado

EDITORA



UnB

Institucionalização da educação superior a distância nas universidades federais da região Centro-Oeste

Temáticas em questão

Catarina de Almeida Santos
Daniela da Costa Britto Pereira Lima
Danielle Xabregas Pamplona Nogueira
(organizadoras)



Pesquisa,
Inovação
& Ousadia

Coordenadora de Produção Editorial
Preparação e revisão
Diagramação

Equipe editorial

Luciana Lins Camello Galvão
Denise Silva Macedo
Haroldo Brito

© 2018 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta
publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por
qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Esta obra foi publicada com recursos provenientes do Edital
DPI/DPG nº 2/2017.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

I59

Institucionalização da educação superior a distância nas
universidades federais da região Centro-Oeste : temáticas em
questão / Catarina de Almeida Santos, Daniela da Costa Britto
Pereira Lima, Danielle Xabregas Pamplona Nogueira
(organizadoras). – Brasília : Editora Universidade de Brasília,
2021.

310 p. ; 23 cm. – (Pesquisa, Inovação & Ousadia).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5846-018-3

1. Ensino a distância. 2. Institucionalização. 3. Ensino
superior. 4. Universidades - Brasil, Centro-Oeste. I. Santos,
Catarina de Almeida (org.). II. Lima, Daniela da Costa Britto
Pereira (org.). III. Nogueira, Danielle Xabregas Pamplona (org.).
IV. Série.

CDU 378

Sumário

Prefácio 13

Apresentação 17

Capítulo 1

Institucionalização da Educação a Distância: da lente teórica à sua proposição 23

Daniela da Costa Britto Pereira Lima

1. Introdução 23

2. Processos de institucionalização: lente teórica em questão 26

3. Proposições de análise de processos de institucionalização da Educação a Distância 32

Referências 35

Capítulo 2

Educação a Distância na Universidade de Brasília – percurso histórico da ação institucional 39

Carmenísia Jacobina Aires, Ruth Gonçalves de Faria Lopes

1. O projeto original da Universidade de Brasília e as ações iniciais em Educação a Distância 39

2. Um olhar sobre as ações de Educação a Distância na Universidade de Brasília nos anos 1990 43

3. O protagonismo da Faculdade de Educação nas ações de Educação a Distância 46

4. Outras experiências institucionais em Educação a Distância na Universidade de Brasília 52

5. A Universidade de Brasília e a Universidade Aberta do Brasil 53

6. Considerações finais	56
Referências	57
Bibliografia complementar	57

Capítulo 3

A autoavaliação institucional e a Educação a Distância: limites e possibilidades da institucionalização na Universidade de Brasília... 59

Catarina de Almeida Santos, Danielle Xabregas Pamplona Nogueira

1. Introdução	59
2. Sobre os conceitos de organização, instituição e institucionalização....	60
3. A avaliação institucional no contexto da institucionalização.....	64
4. Institucionalização da Educação a Distância na Universidade de Brasília: o que apontam os relatórios de autoavaliação institucional	66
5. Considerações finais	76
Referências.....	77

Capítulo 4

Percepção dos gestores em relação à institucionalização da Educação a Distância na Universidade de Brasília (2013-2015).....79

Andréia Mello Lacé, Magalis Béssem Dorneles Schneider, Lívia Veleda Sousa Melo

1. Introdução	79
2. A Educação a Distância na Universidade de Brasília	83
3. A gestão do sistema Universidade Aberta do Brasil na Universidade de Brasília	84
4. Percepção dos gestores: do fardo à decisão política	86
5. Considerações finais	92
Referências.....	93

Capítulo 5

Percurso histórico da Educação a Distância na Universidade Federal de Goiás	95
Juliana Guimarães Faria	
1. Introdução	95
2. Sobre a Universidade Federal de Goiás.....	97
3. O percurso da Educação a Distância na Universidade Federal de Goiás: histórico e contexto	99
4. Considerações finais	109
Referências	110

Capítulo 6

Concursos para docentes e técnicos administrativos da Universidade Federal de Goiás em vagas destinadas à Educação a Distância.....	113
Maria Aparecida Rodrigues Fonseca, Tatiane Custódio da Silva Batista	
1. Introdução	113
2. A institucionalização da Educação a Distância	115
3. A pesquisa: seleção para Educação a Distância na Universidade Federal de Goiás.....	118
4. O que os dados suscitam	123
5. Considerando relações	126
Referências	127

Capítulo 7

O impacto do processo seletivo de tutores na gestão da Educação a Distância na Universidade Federal de Goiás	131
Lilian Ucker Perotto, Kamila Vieira Lima Ferreira, Meirilayne Ribeiro de Oliveira	
1. Introdução	131
2. Processos seletivos: números e impactos na formação de tutores	132

3. Avanços e resistências: nossas percepções das ações empreendidas	140
4. Considerações finais	144
Referências	145

Capítulo 8

Instrumentos de avaliação interna para a Educação a Distância utilizados na Universidade Federal de Goiás	147
---	-----

Lívia Soares de Lima Sousa, Flávia Magalhães Freire,
Daniela da Costa Britto Pereira Lima

1. Introdução	147
2. Avaliação institucional e educação superior a distância	149
3. Caminhos da avaliação interna da Universidade Federal de Goiás	151
4. Instrumentos de avaliação interna para a educação superior a distância na Universidade Federal de Goiás	153
5. Considerações finais	158
Referências.....	159

Capítulo 9

Estado e Educação a Distância: educação superior pública em pauta	163
---	-----

Erlinda Martins Batista, Ana Maria Ribas, Carina Elisabeth Maciel

1. Introdução	163
2. Estado e Educação a Distância no Brasil	164
3. A história da Educação a Distância no Brasil	167
4. A estrutura da Educação a Distância na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.....	171
5. Considerações finais	174
Referências.....	175

Capítulo 10

A institucionalização e os desafios da educação superior a distância na Universidade Federal de Mato Grosso 179

Heloneide Alcantara Matos, Tereza Christina Mertens Aguiar,
Roseli Souza dos Reis Nunes

1. Introdução	179
2. A Educação a Distância na Universidade Federal de Mato Grosso	180
3. Desafios da institucionalização da Educação a Distância na Universidade Federal de Mato Grosso.....	182
4. Considerações finais	194
Referências	195

Capítulo 11

A institucionalização pioneira da Educação a Distância na educação superior em Mato Grosso: visão de envolvidos na trajetória..... 199

Heloneide Alcantara Matos, Tereza Christina Mertens Aguiar,
Roseli Souza dos Reis Nunes

1. Introdução	199
2. História pioneira da Educação a Distância na Universidade Federal de Mato Grosso.....	200
3. Teoria Institucional e sua aplicabilidade na Educação a Distância.....	202
4. Considerações finais	212
Referências	213

Capítulo 12

A institucionalização da Educação a Distância na Universidade Federal da Grande Dourados: a visão de avaliadores externos 217

Giselle Cristina Martins Real, Tânia Jucilene Vieira Vilela, Regina Farias de Souza

1. Introdução	217
---------------------	-----

2. A avaliação regulatória como instrumento de diagnóstico institucional	222
3. Institucionalização da Educação a Distância revelada pela avaliação	226
4. Considerações finais	233
Referências.....	234

Capítulo 13

A institucionalização da Educação a Distância na Universidade Federal da Grande Dourados: contribuições do curso de licenciatura em Letras Libras	241
---	-----

Janete de Melo Nantes, Regina Farias de Souza

1. A necessidade da institucionalização do curso de Letras Libras na Universidade Federal da Grande Dourados.....	241
2. Histórico do curso de graduação Letras Libras na Universidade Federal da Grande Dourados.....	243
3. Avanços e desafios de Letras Libras	247
4. Considerações finais	249
Referências.....	252

Capítulo 14

Levantamento bibliográfico sobre a autoavaliação institucional na Educação a Distância.....	255
---	-----

Wendy Caldeira de Souza, Leila Cristina Borges,
Daniela da Costa Britto Pereira Lima

1. Autoavaliação e Educação a Distância.....	255
2. Metodologia.....	258
3. Dados e análises	258
4. Considerações finais	266
Referências.....	267

Capítulo 15

Educação a Distância e cultura digital: possibilidades e desafios 269

Maria Cristina Lima Paniago, Rosimeire Martins Régis dos Santos

1. Introdução	269
2. Concepções de Educação a Distância, suas origens e evolução no Brasil	269
3. Cultura digital	274
4. Possibilidades e desafios: Educação a Distância e cultura digital	277
5. Considerações finais	279
Referências.....	280

Capítulo 16

Um estudo sobre a inclusão digital no estado de Goiás 283

Ricardo Antonio Gonçalves Teixeira, Alzino Furtado de Mendonça, Saulo de Oliveira

1. Contexto da sociedade da informação	283
2. Ações de inclusão digital no estado de Goiás	288
3. Considerações finais	292
Referências.....	295

Institucionalização da educação superior a distância: algumas considerações finais297

Catarina de Almeida Santos, Daniela da Costa Britto Pereira Lima, Danielle Xabregas Pamplona Nogueira (organizadoras)

Referência	299
------------------	-----

Notas sobre as autoras e autores.....301



CAPÍTULO 9

Estado e Educação a Distância: educação superior pública em pauta¹

Erlinda Martins Batista

Ana Maria Ribas

Carina Elisabeth Maciel

1. Introdução

Este capítulo apresenta análises sobre a Educação a Distância (EaD) no contexto de uma instituição pública, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), sua história e consolidação, tanto no aspecto conjuntural e de financiamento quanto no aspecto político. Em uma perspectiva de pesquisa qualitativa em educação (LÜDKE; ANDRÉ, 1986) e uma abordagem do método materialista histórico e dialético, objetivou-se, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, levantar as produções científicas publicadas sobre a EaD e sua origem na instituição citada, bem como sua história. Assim, a pesquisa documental se constituiu de consulta aos documentos de normatização e regulamentação da EaD na UFMS, o que possibilitou a produção deste texto.

Inicialmente, conceitua-se a EaD e se realiza um levantamento dos seus modelos existentes na sociedade atual. A partir de um breve histórico dessa modalidade

¹ Estudo realizado como resultado de pesquisa com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

no âmbito da UFMS, espera-se contribuir para as discussões a respeito da institucionalização da EaD, não apenas na instituição pesquisada, mas também no conjunto de universidades brasileiras nas quais se faz EaD e se vivenciam dificuldades decorrentes dos posicionamentos governamentais para seu financiamento, o que justifica a pesquisa ora realizada.

2. Estado e Educação a Distância no Brasil

A reorganização da educação superior no Brasil segue a lógica do mercado e orienta-se pelas políticas públicas que favorecem a expansão desse nível de educação, especialmente por meio do setor privado. De acordo com Lima (2003), Gomes (2003), Silva Jr. e Sguissardi (2005), ao se analisarem as mudanças em curso, percebem-se movimentos para alterar a organização da educação superior. Organismos internacionais influenciam nessa direção, bem como na reforma do Estado.

Nas últimas décadas, o Estado vem sendo orientado pela lógica da globalização e do neoliberalismo, que impactam nas relações sociais e econômicas do Brasil. Desse modo, as análises em questão necessitam ser desenvolvidas considerando o reflexo dessa lógica em um país capitalista, que elabora suas políticas públicas de acordo com o sistema econômico e social em que está inserido.

Conforme as estratégias de desenvolvimento estabelecidas em dezembro de 2003 pelo Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), ou Banco Mundial, especificamente destinadas ao Brasil, identificou-se que a inclusão social é um dos critérios definidos pelo banco para efetivar o empréstimo de recursos ao país. Tal empréstimo está relacionado ao aspecto social, ressaltada a importância do acesso aos serviços públicos. Em outras palavras, pode-se observar, no relatório do Bird, denominado Estratégia de Assistência ao País (EAP) de 2003, que o financiamento somente é liberado se o país apresenta projetos e programas que melhorem os indicadores e condições sociais. Nesse documento, a inclusão social é entendida como a melhoria de índices sociais. Também é possível

observar que a inclusão social está correlacionada com o acesso ao emprego e ao mercado de trabalho, sendo enfatizada, nos relatórios divulgados, a necessidade de ampliar a oferta de empregos e a qualificação de mão de obra especializada. Uma das estratégias de desenvolvimento do país constantes no documento diz respeito ao aspecto social, com ênfase na “[i]nclusão social, acesso universal a serviços públicos de alta qualidade, desenvolvimento e preservação cultural, vínculo mais forte entre uma maior produtividade do trabalho e melhores salários”. (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 27).

Nesse sentido, a EaD é uma das propostas que visa ampliar o acesso à educação no Brasil. A expansão da educação superior é uma das principais justificativas para o desenvolvimento da EaD no país.

O papel do Estado é determinante na formulação e aplicação das leis, estando diretamente relacionado aos rumos econômicos e políticos do país e, consequentemente, das políticas educacionais, conforme Lima (2003) e Gomes (2003) asseveram em seus estudos sobre as políticas de educação superior. Nessas pesquisas, nota-se a interferência internacional nas diretrizes desenvolvidas para a educação superior no Brasil, uma vez que é por meio delas que os objetivos traçados pelos organismos internacionais se efetivam, justificando, assim, o financiamento advindo dessas instituições. A influência de organismos externos na conjuntura nacional, segundo Lima (2003), tem estreita relação com a manutenção do capitalismo por meio das políticas públicas. Nessa seara, a autora expõe a trajetória das reuniões internacionais, particularmente do Bird, com o intuito de fortalecer a mercantilização da educação superior. Para que se concretize a privatização desse nível de educação, tais organismos ressaltam o papel do Estado como agente facilitador. Segundo a autora, um dos objetivos do Banco Mundial

[...] é a redefinição das funções do Estado: de instância executora da política de ensino superior, deve-se tornar um agente facilitador da consolidação de um novo marco político e jurídico que

viabilize a implantação das diretrizes privatizantes da educação.
(LIMA, 2003, p. 3).

O Estado organiza-se para implementar as orientações internacionais no que se refere aos rumos da educação superior e segue pela via da mercantilização da educação para expandir as vagas no país. Silva Jr. e Sguissardi (2005) consolidam essa discussão, configurando a situação da educação superior como resultante das mudanças políticas nacionais e internacionais, e expressam que as mudanças, nas universidades, implicam novos conceitos, arraigados na economia e consolidados na manutenção do capitalismo. O surgimento de novos modelos de universidade está relacionado ao papel que o Estado desenvolve e assume. Dessa forma, a atuação governamental na elaboração de políticas educacionais contribui para que o modelo de universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva seja cada vez mais forte na constituição das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. As funções que competem às IES são determinadas de acordo com as diretrizes internacionais, assim como as políticas que preconizam a inclusão.

Colado (2003) discute como a investigação sobre o capitalismo acadêmico, no México, favorece a compreensão dos novos rumos da educação superior no que se refere à mercantilização desse nível de educação:

Hoje, as universidades estão subordinadas à economia e ao mercado, perdendo a autonomia de que gozavam em outros momentos para se unir a redes de produção de conhecimento, nas quais as decisões acadêmicas começam a ser tomadas com base em motivações econômicas². (COLADO, 2003, p. 1061, tradução nossa).

² *"Las universidades se encuentran hoy subsumidas a la economía y el mercado, perdiendo la autonomía de la que gozaron en otros momentos, para incorporarse a redes de producción de conocimientos en las que las decisiones académicas empiezan a ser tomadas a partir de motivaciones económicas"*. (COLADO, 2003, p. 1061).

Além de enfatizar a mudança no relacionamento do Estado com a educação superior, o autor destaca que o *capitalismo acadêmico* vem sendo impulsionado há pouco mais de uma década. O período mencionado no artigo corresponde aos anos 1990, mas a análise se aplica à situação atual. Por capitalismo acadêmico são compreendidas novas práticas acadêmicas como: “la venta de productos y servicios con fines de autofinanciamento” (COLADO, 2003, p. 1059); e as demais relações que, na vida acadêmica, foram alteradas em função da mercantilização desse nível de educação.

Pistori, Almeida e Fideles (2004) investigam a educação superior e as influências neoliberais nas políticas públicas, questionando a democratização como justificativa para as mudanças em processo nesse nível de educação. As autoras analisam uma universidade estadual, cujo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) segue as diretrizes propostas pelo Governo Federal e apresenta a EaD como meio para a democratização do acesso. Assim como Lima (2003), Pistori, Almeida e Fideles (2004) criticam a justificativa da democratização para a criação de cursos de EaD, sem o estabelecimento de critérios mais definidos e políticas que orientem tais ações, além de observarem que democratização do acesso à educação superior não é sinônimo de democratização da educação superior, uma vez que esse conceito significa mais do que o acesso.

3. A história da Educação a Distância no Brasil

A EaD teve origem em experiências ocorridas no século XIX. Em 20 de março de 1828, um anúncio do jornal de Boston divulgava um curso de taquigrafia para as pessoas da região, no qual os participantes receberiam todo o material do curso semanalmente em casa (GIUSTA, 2003). De acordo com a autora, considerava-se tal forma de educação destinada aos marginalizados que não conseguiram escolarizar-se, o que pode explicar a origem do preconceito em relação à EaD.

Essa concepção de EaD começou a mudar a partir do final do século XIX, em 1892, quando a Universidade de Chicago e outras universidades americanas abriram

cursos por correspondência. Já na segunda metade do século XX, em 1969, um acontecimento alterou a realidade da EaD no contexto internacional, com a criação da Universidade Aberta da Grã-Bretanha, a Open University, conforme Giusta (2003). A abertura dessa universidade influenciou outras iniciativas nesse rumo, como a Fern Universität, na Alemanha, e a Uned, na Espanha, nas quais foram formulados programas de graduação e pós-graduação para estudantes do mundo inteiro.

A EaD na América Latina, segundo Giusta (2003), surgiu com o nascimento da Universidade Autônoma do México, dos sistemas de EaD da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade de Honduras e dos programas de EaD da Universidade de Buenos Aires. Com base na EaD da Open University, nos anos 1970, surgiram também iniciativas nas universidades canadenses, na Universidade Aberta da Venezuela e na Universidade Estatal da Costa Rica.

No Brasil, a EaD já existia desde 1941, tendo-se fortalecido, segundo Preti (2005), por volta da década de 1960. Nos anos 1980, surge o *ensino telemático*, quando as telecomunicações começaram a ser integradas aos processos de EaD (SCHERER, 2005, p. 15-16). Dessa forma, o uso da informática potencializa a emissão por rádio e televisão e a realização de audioconferências e videoconferências.

Giusta (2003, p. 29) discute a influência do ideário da Revolução Francesa, que instituiu a democratização da educação republicana, combinada à educação de massa inspirada no estilo fordista de produção industrial. As consequências desse modelo afetaram a educação presencial, a qual esteve também fundamentada, por um período, na perspectiva behaviorista de aprendizagem. A autora argumenta que nos anos 1980 um novo modelo de EaD consolida-se *rivalizando* (p. 30) com o modelo fordista então predominante. A proposta educacional baseia-se em uma linha epistemológica construtivista, cuja defesa propõe uma educação mais aberta, mais flexível, atenta ao contexto sociocultural e às singularidades dos estudantes – agora, os principais responsáveis por sua própria aprendizagem e desenvolvimento.

Outras iniciativas em EaD foram implementadas no país, tais como o Projeto Minerva,³ o Logos I⁴ e o Logos II,⁵ o Twelecurso 2000,⁶ o Salto para o Futuro da TV Escola,⁷ o Programa Mídias na Educação⁸ e o Proformação.⁹

Scherer (2005) lembra que ao final do século passado (década de 1990) houve a *explosão* da ideia de fazer EaD com uso da internet. Para Giusta (2003), a incorporação da utilização das redes de satélites e das correspondências eletrônicas e as associações com outras mídias tornaram mais interativo o fazer pedagógico a distância.

A partir do ano de 2005, com a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), a oferta de cursos superiores a distância expandiu-se, tendo o governo, desde então, investido significativamente em cursos de licenciatura ou graduação a distância em todo o país. Se, por um lado, esses investimentos têm representado para a educação brasileira grandes avanços, no sentido de atingir uma quantidade significativa de municípios desprovidos de acesso ao ensino superior, por outro,

³ O projeto Minerva, criado em 1970 pelo governo militar brasileiro instaurado em 1964, propunha mudanças no processo educativo, com a utilização de rádio e televisão. Foi concebido pelo MEC, pela Fundação Padre Anchieta e pela Fundação Padre Landell de Moura, tendo sido instituído pela Lei nº 5.692/1971.

⁴ O Projeto Logos I – fase experimental do Projeto Logos II –, implantado em 1975, objetivava qualificar professores leigos para o magistério das séries iniciais do primeiro grau de quatro estados/territórios: Paraíba, Piauí, Rondônia e Roraima (ANDRÉ; CANDAU, 1983, p. 2).

⁵ O Projeto Logos II, estratégia de ensino supletivo por módulos, objetivava habilitar professores em nível de segundo grau para o magistério das quatro primeiras séries do primeiro grau nos locais descritos no Logos I (ANDRÉ; CANDAU, 1983, p. 2).

⁶ O Telecurso 2000 foi um programa de EaD brasileiro, mantido pela Fundação Roberto Marinho e exibido pela TV Globo, abrangendo teleaulas de ensino médio e fundamental, em módulos para o ensino profissionalizante.

⁷ O programa Salto para o Futuro do MEC, transmitido de segunda a sexta-feira pela TV Escola, propunha formação continuada de professores do ensino fundamental, do médio e da educação infantil.

⁸ O programa Mídias na Educação, estratégia modular de EaD para professores da educação básica, objetiva proporcionar formação continuada para uso das tecnologias e mídias.

⁹ Segundo Moraes (2011, p. 1), “[d]entro do agora extinto Seed/MEC [...] destacava-se o Programa de Formação de Professores Leigos, Proformação, que foi criado, segundo os documentos oficiais, em 1999, como curso de nível médio, com habilitação em magistério, na modalidade de EaD”. O programa visava formar docentes sem habilitação legal das escolas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

estudos e questionamentos têm sido realizados sobre vários aspectos, a fim de que se observem os referenciais de qualidade dos cursos oferecidos.

A originalidade do modelo educacional adotado pelo governo brasileiro, que congrega várias instituições com reconhecida competência na modalidade presencial, atuando em cursos presenciais e a distância (bimodais) e agrupadas em consórcio sob a coordenação da UAB, em parceria com as prefeituras municipais – responsáveis pelos Polos de Apoio Presencial – apresenta uma série de desafios que demandam ações de pesquisa com o rigor da academia, para que contribuam com o crescimento da área.

O termo *híbrido* é também conceituado, além dos diversos outros usos na língua portuguesa, como algo “[...] [e]m que há mistura de espécies diferentes”. (FERREIRA, 1999, p. 1.041). Nesse sentido, a educação a distância e a educação presencial fundem-se nos novos sistemas educativos, em que se misturam essas duas modalidades de educação, e apesar de apresentarem-se distintas no formato, elas mantêm a própria essência.

Assim, compreende-se que os avanços na EaD apontam para ofertas de cursos de graduação e pós-graduação em um sistema híbrido de educação. Em 2003, Giusta (2003) já apontava para um sistema nesses moldes, e Moran ([2002]) argumenta que a educação, na sociedade atual, caminha para dois tipos de organização: aquela em que os cursos são totalmente digitais e os sistemas híbridos, cuja organização dá-se em momentos virtuais e presenciais. Nesses sistemas, exige-se uma pedagogia mais aberta, mais flexível e mais integradora diante de tantas situações novas.

A EaD na UFMS tenta priorizar a expansão de vagas, buscando articulação com os cursos presenciais. Entretanto, o processo de institucionalização da EaD vem sendo desenvolvido em consonância com as diretrizes de Estado, pelo que, em decorrência da situação política do país, verifica-se momento de instabilidade nas políticas destinadas à educação superior, incluindo a EaD.

4. A estrutura da Educação a Distância na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Nos anos 1980, segundo a trajetória da modalidade de ensino a distância na UFMS e de acordo com as informações contidas no histórico do projeto político pedagógico do curso de Pedagogia da UFMS/UAB, começaram-se a discutir as ações para o ensino a distância. No início da década seguinte, em 1991, iniciou-se a EaD por meio do Grupo de Apoio ao Ensino de Ciências e Matemática no 1º Grau (Gaecim).¹⁰ Tal grupo era composto por professores dos departamentos de Educação, Física, Matemática e Biologia. Entre outros propósitos, o grupo tencionava criar um organismo interdisciplinar que ofertasse cursos de apoio aos professores atuantes na rede pública para qualificá-los na modalidade a distância.

Relembrando as experiências vivenciadas na coordenação de cursos de extensão sobre internet no núcleo de informática da UFMS, ao final dos anos 1990, verifica-se que o uso da Bitnet, um sistema de comunicação síncrono e assíncrono, era uma novidade, e já permitia comunicações a distância entre pesquisadores de diversas universidades do Brasil e do exterior. No fim daquela década, também surgiram, na UFMS, com o uso da internet, os primeiros cursos de especialização a distância e também de extensão, no âmbito da Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância (CED), à época denominada como Assessoria de Educação a Distância. Nessa época, os cursos eram ancorados em plataformas virtuais criadas em linguagem PHP¹¹ pelos gerenciadores dos sistemas de internet daquela assessoria.

Os ambientes virtuais educativos provocaram uma revolução nos cursos a distância. O modelo de EaD e dos cursos nessa modalidade, antes do aparecimento do

¹⁰ Essas informações podem ser conferidas na página virtual da Coordenadoria de EaD da UFMS. Disponível em: <http://www.ead.ufms.br/portal/index.php?inside=1&tp=3&comp=&show=103>. Acesso em: 15 mar. 2013.

¹¹ PHP (um acrônimo recursivo para *hypertext preprocessor*) é uma linguagem de *script open source* de uso geral, muito utilizada e especialmente guarnecida para o desenvolvimento de aplicações *web* embutível no HTML. Disponível em: http://php.net/manual/pt_BR/intro-whatish.php. Acesso em: 15 mar. 2013.

ambiente digital ou virtual de aprendizagem, era no formato de educação semipresencial, isto é, realizados parte a distância e parte presencialmente, segundo Moran (2003). Nesse formato semipresencial, ocorreram os primeiros cursos de pedagogia a distância também na UFMS.

A EaD ancorada em ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) consolidou-se na UFMS nos anos 2000, por meio de sua coordenadoria de EaD. Nesses ambientes, de 1998 a 2005, foram realizados diversos cursos de extensão e especialização. Em meados dos anos 2000, já eram utilizados, além desses ambientes e de plataformas criadas especificamente para a EaD da UFMS, novos espaços virtuais educacionais denominados Teleduc.¹²

Destaca-se que, em 2005, a CED/UFMS passou a ser subordinada ao gabinete da reitoria. Tal fato justifica-se pelo desenvolvimento de cursos de extensão, graduação e pós-graduação que atendiam à comunidade e diferentes áreas do currículo.

A partir dos anos de 2005 e 2006, esse tipo de ambiente virtual foi utilizado para outros cursos, como os de Especialização em Educação Infantil e Especialização em Orientação Acadêmica em EaD, entre outros, ofertados, à época, pela CED/UFMS. Nesse mesmo período, novos ambientes virtuais começaram a ser instalados na EaD da UFMS. Assim, além do Teleduc, utilizava-se também o AVA Moodle e o ambiente colaborativo de aprendizagem e-Proinfo,¹³ plataforma desenvolvida pela Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação (Seed/MEC), adotada nos cursos de extensão e na Especialização do Programa Mídias na Educação.

Naquela época, havia, na extinta página da Seed/MEC, o link para a lista de IES autorizadas para a oferta de EaD. A década de 2000 foi marcada pelas inovações na EaD; diversos pesquisadores passaram a publicar trabalhos a respeito das

¹² O Teleduc é uma plataforma para realização de cursos a distância com a utilização da internet. Desenvolvido em 1997, a partir de análises de experiências realizadas com usuários, tornou-se um *software* livre internacional. Disponível em: http://edutec.unesp.br/index.php?lang=pt_br&Itemid=110. Acesso em: 15 mar. 2013.

¹³ O e-Proinfo é definido como um ambiente colaborativo de aprendizagem. Disponível em: <http://e-proinfo.mec.gov.br>. Acesso em: mar. 2013.

suas experiências com a EaD, como Valente (2003), Scherer (2005), Preti (2005), Moran (2003) e, especificamente na UFMS, Batista e Gobara (2006), entre outros.

Todavia, é preciso destacar que, em relação ao modelo dos cursos a distância da UFMS, primeiramente eles se realizavam no formato semipresencial, isto é, com aulas presenciais das disciplinas, ministradas pelos professores que viajavam até os polos para esses encontros, e também aulas no ambiente virtual, em *web aulas* – aulas gravadas e disponibilizadas virtualmente –, tanto em tempo real, *on-line*, quanto *off-line*.

Inicialmente, nesses ambientes, os estudantes utilizavam fóruns e bate-papos, tendo havido um avanço no uso desses meios para ancoragem de *web aulas* a partir do ano de 2009 até 2015. Mesmo com a hospedagem de *web aulas* no ambiente virtual, a distribuição dos materiais didáticos era rotina. De 2015 em diante, modificou-se o formato. As disciplinas passaram a ser realizadas apenas pelas *web aulas*, havendo, então, a suspensão de impressão de materiais didáticos, o que se estendeu até o ano de 2016, quando também foram suspensas as viagens de professores aos polos para aulas presenciais.

Outro aspecto a destacar é a parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/UAB) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) para a oferta de cursos EaD, bem como a inserção de ambientes virtuais, o que tem fortalecido as ações e atividades de ensino de graduação na universidade. Todavia, o relatório administrativo da CED/UFMS de 2015 demonstrou haver problemas na infraestrutura, tais como inexistência de laboratório de informática para formação continuada, falta de auditórios para eventos e espaço inadequado para realização de *web conferências* e *videoaulas*, uma vez que a CED não possuía equipamentos e estúdio de gravações com adequado isolamento acústico. Nessa perspectiva, entende-se que a mediação pedagógica articulada às ferramentas de interação do AVA aponta para um espaço fechado, estático e não muito atrativo para os alunos, uma vez que a elaboração das *webconferências*, comprometidas pela falta de infraestrutura, leva,

enfim, à restrição do ciberespaço, restando aos alunos e aos professores a utilização das interfaces assíncronas do AVA. Desse modo, prevalece uma abordagem *Broadcast da IA* (VALENTE, 2003), em que o docente organiza o material ou a informação em uma sequência a ser seguida pelos alunos. Nessa abordagem, não existe o percurso das infovias de uma educação *on-line*; ela consiste em uma ideia de arquitetura fechada e mecânica de aprendizagem.

O esforço dos profissionais que almejam a ampliação da EaD não consegue superar as barreiras de financiamento e de estrutura física. Tal situação demonstra a necessidade de investimento e de reorganização dessa modalidade de educação na UFMS, uma vez que os cursos a distância representam uma das possibilidades de ampliação de acesso e de permanência para vários estudantes que não têm condições de frequentar cursos presenciais.

5. Considerações finais

O Estado brasileiro passou por importantes alterações políticas em 2016. As análises tecidas neste capítulo se mantêm com base nas políticas desenvolvidas em um governo que priorizou o acesso e a vinculação à educação superior, por meio de estratégias de inclusão, e nas ações e nos programas destinados a favorecer a expansão da educação superior.

A educação superior a distância foi financiada e organizada nas IES públicas federais por meio da UAB e tinha como objetivo expandir as vagas públicas com ênfase na formação docente para a educação básica.

A história da EaD no mundo e no Brasil demonstra que esta é uma importante modalidade de ensino, bem como uma estratégia de ampliação do acesso à educação. O percurso da EaD na UFMS demonstra lutas e embates travados em um sistema capitalista e que preconiza a ampliação de vagas, mas que necessita de articulações políticas e investimentos do Estado e da própria IES para favorecer a qualidade da EaD.

A estrutura da EaD na UFMS vem sendo ampliada, mas ainda apresenta lacunas importantes. O esforço dos profissionais que atuam nessa modalidade de educação encontra barreiras de financiamento, infraestrutura e políticas para a sua expansão. Entretanto, é possível observar que o desenvolvimento da EaD nessa universidade persiste e alcança estudantes que necessitam da educação pública e gratuita.

Conclui-se que a institucionalização da EaD na UFMS precisa de políticas e financiamento do Estado, bem como de uma participação efetiva em várias instâncias políticas. A contemplação da EaD no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFMS representa um avanço, mas outras ações e articulações são requeridas e fundamentais para a institucionalização dessa modalidade de educação na IES investigada.

As políticas de inclusão desenvolvidas pelo governo para a ampliação da educação superior representam um início na expansão desse nível de educação. O comprometimento e interesse da UFMS no desenvolvimento da infraestrutura para a EaD se apresenta como uma das possibilidades para a expansão da educação pública, inclusive em consonância com os cursos presenciais.

Referências

ANDRÉ, M. E. D. A.; CANDAU, V. M. *O Projeto LOGOS II e sua atuação junto aos professores leigos do Piauí: um estudo avaliativo*. In: SEMINÁRIO REGIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 2., 20-23 out. 1983, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte: CAPES/CNPq/Finep/Inep/UFMG, 1983. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n50/n50a03.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2013.

BANCO MUNDIAL. *Estratégia de Assistência ao País: EAP para 2004-2007*. Washington, D. C.: dez. 2003.

BATISTA, E. M.; GOBARA, S. T. As concepções de professores de um curso a distância sobre o papel do fórum *on-line*. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 87, p. 249-261, 2006.

COLADO, E. I. Capitalismo acadêmico y globalización: la universidad reinventada. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 84, p. 1059-1067, set. 2003.

FERREIRA, A. B. H. *Novo Aurélio século XXI: Dicionário da Língua Portuguesa*. 5. impressão. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

GIUSTA, A. S. Educação a Distância: contexto histórico e situação atual. In: GIUSTA, A. S.; FRANCO, I. M. (org.). *Educação a Distância: uma articulação entre a teoria e a prática*. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2003.

GOMES, A. M. Estado, mercado e educação superior no Brasil: um modelo analítico. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 84, p. 839-872, set. 2003.

LIMA, K. Organismos internacionais e política de educação superior na periferia do capitalismo. In: 26ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED. Novo Governo. Novas Políticas?, 26., 5-8 out. 2003, Poços de Caldas, MG. *Anais [...]*. Poços de Caldas: Anped, 2003.

LÜDKE, H. A.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MORAES, R. A. O proformação e o seu modelo de educação a distância. *Revista HISTEDBR*, Campinas, n. 44, p. 262-274, dez. 2011. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/44/art17_44.pdf. Acesso em: 01 mar. 2013.

MORAN, J. M. *O que é Educação a Distância*. São Paulo: ECA/USP, 2002. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2012.

MORAN, José Manuel C. Gestão Inovadora com Tecnologias. In: VIEIRA, Alexandre Thomaz; ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; ALONSO, Myrtes (org.). *Gestão Educacional e Tecnologia*. São Paulo: Avercamp, 2003.

PISTORI, M. I. S.; ALMEIDA, C. E. M.; FIDELES, S. M. Reestruturação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul no contexto da Reforma Universitária. In: 27ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED. Sociedade, Democracia e Educação: qual universidade? 27., 21-24 nov. 2004, Caxambu, MG. *Anais [...]*. Caxambu: Anped, 2004.

PRETI, O. Apoio à aprendizagem: o orientador acadêmico. In: ALMEIDA, E. B.; MORAN, J. M. (org.). *Integração das Tecnologias na Educação*. Brasília, DF: Seed/MEC, 2005.

SILVA JR., J. R.; SGUISSARDI, V. A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público? *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 29, p. 5-27, ago. 2005.

SCHERER, S. *Uma estética possível para a educação bimodal: aprendizagem e comunicação em ambientes presenciais e virtuais*. 2005. 241 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

VALENTE, J. A. Criando situações de aprendizagem colaborativa. In: VALENTE, J. A. (org.). *Educação a Distância via Internet*. São Paulo: Avercamp, 2003.



Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif

Institucionalização da educação superior a distância nas universidades federais da região Centro-Oeste

Temáticas em questão

De modo geral, podemos dizer que o levantamento da trajetória institucional da Educação a Distância (EaD) no país é recente e, talvez por isso, apresente uma série de elementos considerados de relevância e cuidado para as próximas políticas públicas e ações na área. Esses elementos dizem respeito, principalmente, às características da sua expansão; às variadas formas sob as quais as modalidades presencial e a distância são vistas pelos diversos órgãos e regulamentações; aos mecanismos de avaliação e acompanhamento das ações das Instituições de Educação Superior que ofertam essa modalidade; e, nosso objeto de estudo, ao processo de institucionalização da EaD na educação superior, tanto na esfera pública quanto privada. Além da necessidade de estudos acerca da institucionalização da EaD, o próprio crescimento da modalidade no ensino superior público demonstra a importância de pesquisar como vem ocorrendo a implementação de políticas referentes à modalidade. Assim, o tema da institucionalização da educação a distância é abordado neste livro, tendo em vista a relevância da compreensão desse processo, para que se possa auxiliar no debate da capacidade do Estado de formular políticas públicas em EaD e problematizar como essa modalidade tem sido implementada pelas Instituições Públicas de Ensino Superior da região Centro-Oeste, por meio de sua institucionalização ou não.



EDITORA



UnB